Processo TC nº 001.438/1993-0
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – *Recursos de Reconsideração*

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pelas Sras. Adrienne Coeli Grippi Lacerda (peça 165), Rosanne Coeli Grippi Lacerda (peça 167) e Luzia Grippi Lacerda (peça 166) contra o Acórdão nº 5.172/2009 – 1ª Câmara (peça 101, pp. 21/25), retificado pelo Acórdão nº 3.446/2011 – 1ª Câmara (peça 107, p. 10), as duas primeiras sendo filhas do Sr. José Dirceu Lacerda, falecido em 04/08/2005, e a última sua ex-esposa.

2. No Acórdão recorrido, o espólio do Sr. José Dirceu Lacerda foi imputado em débito em processo de tomada de contas especial que apurou irregularidades ocorridas entre os anos de 1988 e 1992 na 12ª Região Militar do Comando do Exército, deixando-se expresso que, caso concluída a partilha, seus herdeiros seriam os responsáveis pela quitação do débito.

3. Da análise efetuada pela Serur (peça 176), constata-se que os argumentos apresentados nas peças recursais não são suficientes para alterar a deliberação recorrida. Como ressalta a unidade técnica, o Acórdão ora recorrido está correto ao imputar em débito o espólio do *de cuius* e deixando-se expresso que, caso concluída a partilha, seus herdeiros seriam os responsáveis pela quitação da dívida, na medida de seus quinhões. Qualquer discussão a respeito de eventual inexistência de bens a inventariar deve ser analisada em âmbito judicial, no processo de execução do Acórdão, a ser efetuado pela Advocacia-Geral da União.

4. Desse modo, considerando adequada a análise da unidade técnica, este representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento de páginas 07/08, peça 176, no sentido de que esta Corte conheça e negue provimento aos presentes recursos de reconsideração, mantendo-se os exatos termos do Acórdão recorrido.

Ministério Público, em setembro de 2012.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Subprocurador-Geral